

Fundações são acusadas de desviar verbas

Procuradoria-Geral responsabiliza cinco entidades paulistas por compras superfaturadas e sem licitação, retenção ilegal de recursos e gastos com atividades particulares

FAUSTO MACEDO

A Procuradoria-Geral da República concluiu auditoria que revela a prática de fraudes e desvio de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) envolvendo as principais fundações privadas de São Paulo. A procuradoria acusa cinco entidades como responsáveis pelas "graves irregularidades", que representam um rombo de mais de R\$ 90 milhões. Entre elas se incluem compra superfaturada de bens e equipamentos sem licitação, retenção ilegal de verbas, gastos com atividades particulares e contratação de pessoal sem concurso.

São denunciadas a Fundação Adib Jatene, a Fundação do Fígado, a Fundação Euryclides Zerbini, o Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim e a Fundação Umberto I. As entidades sob suspeita foram criadas para "dar suporte a centros de excelência", como o Instituto do Coração (Incor), a Unidade do Fígado do Hospital das Clínicas, o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia e o Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil.

É a primeira vez que uma investigação oficial aponta detalhes da atuação paralela dessas fundações. Entre 1991 e 1994, conforme amostragem examinada por auditores contábeis, as fundações "utilizaram indevidamente" o equivalente a 53 milhões de Ufirs, ou R\$ 43,9 milhões em valores atualizados. Essa verba fora repassada pelo SUS para execução de "ações e serviços de saúde" nos hospitais públicos do Estado.

"Astronômica" — A auditoria do Ministério Público Federal mostra, ainda, que a Secretaria da Saúde, dois escritórios regionais de Saúde (Ersa) e Hospital Ipiranga desvia-

ram, naquele período, mais 64,2 milhões de Ufirs. Segundo dossiê entregue pela procuradoria à Justiça Federal, o rombo alcança a "astronômica cifra" de 117,5 milhões de Ufirs, ou R\$ 97,3 milhões.

Na semana passada, a procuradoria ajuizou ação civil na 15ª Vara da Justiça Federal, com o objetivo de acabar com a intermediação das fundações no repasse de verbas do SUS ao Estado. A petição inicial juntou 13 volumes de laudos e perícias contábeis. O juiz Marcelo Mesquita indeferiu pedido de liminar, mas instaurou processo. A procuradoria pretende impetrar mais duas ações, uma civil e outra penal, contra médicos e administradores ligados às fundações.

ROMBO DE 1991 A 1994 PASSA DE R\$ 97 MILHÕES

As fundações são instituídas com o fim genérico de "prestar serviços, realizar pesquisas e colaborar com o Poder Público". A Secretaria da Saúde entrega às fundações, sem prévia licitação, a gestão dos hospitais. Essas entidades sobrevivem dos recursos financeiros oriundos do faturamento dos hospitais aos quais estão vinculadas.

"A maior parte desses recursos é utilizada em pagamento de despesas com pessoal e administrativas, em compras dirigidas e superfaturadas, em prejuízo dos interesses da coletividade e com danos ao patrimônio público", diz a procuradoria. "De aparente mantenedoras ou colaboradoras, na realidade as fundações são mantidas e apoiadas pelo governo." Segundo a procuradoria, a Secretaria da Saúde usa as fundações "para a prática irregular de compras, pagamento de salários e outras vantagens a funcionários das entidades, da própria secretaria e de hospitais da periferia da Capital".

■ As explicações dos administradores das fundações estão na página A13

O RELATÓRIO DOS PROCURADORES

Trechos da auditoria realizada nas fundações



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

utilizados os expedientes mais variados. Sem contar as irregularidades e fraudes específicas detectadas pelas perícias

Na amostragem examinada, abrangendo o período de 1991 a 1994, os auditores contábeis apuraram a astronômica cifra de 117.518.875,8636 UFIR's, como valor total utilizado indevidamente pelos órgãos e entidades periciadas, assim distribuída:

ENTIDADE	UFIR's
Secretaria Estadual de Saúde	64.089.354,3879
ERSA - 03	48.018.7614
ERSA - 06	152.329.8625
Hospital Ipiranga	987.7417
TOTAL DA BESP	64.290.690,7698
Fundação Adib Jatene	23.130.615,0863
Fundação do Fígado	11.429.810,7001
Fund. Euryclides de Jesus Zerbini	1.816.798,4896
Centro de Est. e Pesq. Dr. J. Amorim	1.965.148,9767
Fund. Hosp. São Brás de Ipiranga	14.855.613,8644
TOTAL GERAL	117.518.875,8636

As perícias realizadas pelo Autor estão a comprovar mais do que nunca que a experiência das fundações privadas, como "instrumentos de gestão flexível e ágil", livre das burocracias e controles rígidos impostos à Administração Pública, foi desastrosa e contrária aos interesses da coletividade e ao patrimônio público. Por isso advieram as novas determinações constitucionais, não deixando mais espaço para as fundações privadas, regidas pelo Direito Privado, principalmente se atuam na gestão de recursos públicos, como a FUNDAÇÃO ADIB JATENE, CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DR. JOÃO AMORIM, FUNDAÇÃO EURYCLIDES DE JESUS ZERBINI e FUNDAÇÃO DO FÍGADO, sem observar os princípios e os controles próprios da Administração Pública. As irregularidades e fraudes por elas praticadas e constam dos relatórios das perícias contábil e médica, conforme o caso, e realçadas em resumo elaborado pelo Autor nos anexos referentes a cada uma delas, instruídos, ademais, com amostragem de documentos.

FUNDAÇÃO ADIB JATENE DESPESAS IRREGULARES - EM UFIR

	1991	1992	1993	1994	TOTAL P/ ITEM
SALÁRIOS	0,0000	3.239.375,5773	0,0000	6.777.008,7082	10.016.384,2855
ENCARGOS SOCIAIS	0,0000	0,0000	1.772.505,6100	1.249.442,4200	3.021.947,4300
VALE REFEIÇÃO	939.683,2543	1.307.941,3058	1.424.226,3058	0,0000	3.671.850,8659
VALE TRANSPORTE	284.880,7738	439.821,5261	545.424,7836	0,0000	1.270.127,0835
IMPOSTOS, JUROS, ETC.	0,0000	14.029,3816	153.637,7076	65.220,3956	232.887,4848
SERV. PRESTADOS	0,0000	0,0000	609.378,4759	0,0000	609.378,4759
EQUIPAMENTOS	0,0000	991.347,3740	0,0000	0,0000	991.347,3740
OUTRAS	1.585.989,7182	673.778,6634	177.335,5883	866.583,8809	3.305.691,8508
TOTAL P/ ANO	2.810.553,7463	6.666.293,8282	4.682.511,8712	8.960.255,4047	23.119.614,8504